

Iniciado em	terça-feira, 26 mar. 2024, 13:06
Estado	Finalizada
Concluída em	terça-feira, 26 mar. 2024, 13:06
Tempo empregado	14 segundos
Avaliar	0,00 de um máximo de 30,00(0%)

Questão 1

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. São tipos de ato de improbidade administrativa: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública.
- b. A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.
- c. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público.
- d. A existência de uma Lei de Improbidade Administrativa não impede que outras condutas de improbidade sejam previstas em outras leis.
- e. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

A resposta correta é: A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.



Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. É possível que, em determinadas hipóteses, ato praticado contra o patrimônio de entidade privada possa ser enquadrado como improbidade administrativa.
- b. O fato de uma função ser exercida de modo transitório não impede que uma pessoa seja considerada agente público para fins da Lei de Improbidade Administrativa.
- c. Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.
- d. A Lei de Improbidade Administrativa por vezes poderá ser aplicada inclusive a pessoas que não são agentes públicos, como nos casos em que tal pessoa induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- e. A ação para aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 anos.

A resposta correta é: Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.

Questão 3

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta:

- a. Caso o Tribunal de Contas aprove as contas de determinado órgão administrativo, estará afastada, por presunção absoluta, a possibilidade de caracterização de ato de improbidade administrativa.
- b. Se não for comprovado efetivo dano ao patrimônio público, ou seja, efetivo prejuízo quantificável, não poderá ser caracterizado ato de improbidade administrativa.
- c. Apenas o rol de legitimados na Lei de Improbidade Administrativa podem oferecer representação narrando possível ato de improbidade.
- d. O prazo de prescrição de 8 anos, contado da data do conhecimento do fato pelo Estado, não se interrompe em nenhuma hipótese.
- e. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A resposta correta é: A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 4

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assinale a alternativa incorreta:

- a. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b. O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar.
- c. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- d. Dentre as funções institucionais do Ministério Público, tem-se a promoção, privativa, da ação penal pública, na forma da lei e o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- e. As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição, e o será feito mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação

A resposta correta é: A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.



Questão 5

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta no que tange o direito dos povos tradicionais à luz da Constituição Federal de 1988.

- a. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União, com anuência do Ministério Público Federal, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- b. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Senado Federal, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- c. As terras de que trata o art. 231 da CRFB/88 são inalienáveis e disponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- d. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- e. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo a FUNAI emitir-lhes os títulos respectivos.

A resposta correta é: Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Questão 6

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Assinale a alternativa incorreta:

- a. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.
- b. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa ou declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- c. A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio. Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes. Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.
- d. Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, obrigando ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- e. Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta. Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias. O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

A resposta correta é: Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, obrigando ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre as teses de repercussão geral do STF, assinale a que está incorreta.

- a. A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.
- b. É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato (a) aprovado(a) que, embora tenha sido acometido(a) por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida (CF, arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, caput, 37, caput, I e II).
- c. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- d. O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença.
- e. O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/1994, art. 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa Instituição.

A resposta correta é: A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ("condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos") impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que incompatível com a infração penal praticada, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (CF, art. 1º, III e IV) e do dever do Estado em proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84). O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

**Questão 8**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

De acordo com a previsão legal, são elementos dos atos administrativos, exceto:

- a. Finalidade.
- b. Motivação.
- c. Competência.
- d. Objeto.
- e. Forma.

A resposta correta é: Motivação.

Questão 9

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a administração pública indireta, assinale a alternativa incorreta:

- a. Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- b. Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- c. Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- d. Fundação Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público ou privado, sem fins lucrativos, criada por lei ou em virtude de autorização legislativa, a depender de seu regime jurídico, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos estatais e de outras fontes.
- e. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não é uma entidade da administração indireta da União, consubstanciando serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro.

A resposta correta é: Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Questão 10

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre a responsabilidade civil do estado, assinale a alternativa correta:

- a. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o agente público responsável.
- b. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- c. A responsabilidade civil do estado por danos nucleares depende da existência de culpa.
- d. À responsabilidade civil do estado por danos ambientais aplica-se a teoria do risco integral, sendo descabida a invocação de excludentes de responsabilidade para afastar a obrigação de indenizar, bastando, para fazer surgir o dever de recomposição ambiental, que ocorra resultado prejudicial aos seres humanos e ao ambiente advindo de uma ação ou omissão do responsável.
- e. São causas excludentes de responsabilidade do estado, apenas, o caso fortuito e a força maior.

A resposta correta é: À responsabilidade civil do estado por danos ambientais aplica-se a teoria do risco integral, sendo descabida a invocação de excludentes de responsabilidade para afastar a obrigação de indenizar, bastando, para fazer surgir o dever de recomposição ambiental, que ocorra resultado prejudicial aos seres humanos e ao ambiente advindo de uma ação ou omissão do responsável.

Questão 11

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o regime jurídico administrativo e as suas peculiaridades, assinale a alternativa incorreta:

- a. A administração pública não pode anular seus próprios atos, mesmo que eivados de vícios que os tornem ilegais, cabendo ao Poder Judiciário, com exclusividade, tal prerrogativa. Contudo, pode a administração pública revogar seus atos administrativos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada a apreciação judicial.
- b. Os princípios da impessoalidade e moralidade, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, vedam a prática de nepotismo no âmbito da administração pública.
- c. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d. O princípio da eficiência apresenta duas facetas: pode ser observado em relação à atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível das competências que lhe foram outorgadas quando da investidura no cargo, para atingir os melhores resultados; e em relação à forma de organizar, estruturar e disciplinar a administração pública, também com a finalidade de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.
- e. O princípio da legalidade está contido na ideia de democracia, significando a supremacia da lei (termo que abrange também a Constituição), de sorte que a atividade administrativa encontra nas disposições e atos normativos o seu fundamento e o seu limite de validade.

A resposta correta é: A administração pública não pode anular seus próprios atos, mesmo que eivados de vícios que os tornem ilegais, cabendo ao Poder Judiciário, com exclusividade, tal prerrogativa. Contudo, pode a administração pública revogar seus atos administrativos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada a apreciação judicial.

Questão 12

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Considerando-se a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa falsa:

- a. A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o expert estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita.
- b. A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações.
- c. O crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A, § 1º, I, do Código Penal, possui natureza de delito material, que só se consuma com a constituição definitiva, na via administrativa, do crédito tributário, consoante o disposto na Súmula Vinculante n. 24 do Supremo Tribunal Federal.
- d. Embora a tipificação da lavagem de capitais dependa da existência de uma infração penal antecedente, é possível a autolavagem, isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, do delito antecedente e do crime de lavagem, desde que sejam demonstrados atos diversos e autônomos daquele que compõe a realização do primeiro crime, circunstância em que não ocorrerá o fenômeno da consunção.
- e. O tipo penal previsto pelo art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/2013 (impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa) define conduta delituosa que abrange exclusivamente o inquérito policial, porquanto na ação penal já se exauriu a fase investigativa.

A resposta correta é: O tipo penal previsto pelo art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/2013 (impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa) define conduta delituosa que abrange exclusivamente o inquérito policial, porquanto na ação penal já se exauriu a fase investigativa.

Questão 13

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Para aplicar golpes, Mévio alterou um documento particular verdadeiro, consistente em um bilhete de loteria, apagando os números originais e inserindo em seus lugares os números correspondentes ao último concurso da Mega-Sena. Mévio apresentou esse bilhete falso a Tício, e disse que precisaria vendê-lo por uma fração do valor do prêmio, pois não teria condições de sacar o dinheiro em virtude de restrições perante a Receita Federal. Tício, induzido a erro mediante o ardil, transferiu a quantia a Mévio, que, todavia, manteve o bilhete sob sua posse e evadiu-se logo após ter obtido a vantagem ilícita. Mévio, então, procurou Caio, e cogitou repetir a conduta, utilizando-se do mesmo bilhete adulterado, porém mudou de ideia ao perceber que Caio era estagiário do MPF e tinha vasto conhecimento do Direito. Assim, Mévio sequer chegou a fazer a proposta a Caio. Com base no relato, e considerando-se, em especial, a Súmula 17 do STJ e os artigos 171, 298 e 299 do Código Penal, pode-se concluir que:

- a. Mévio tentou consumir o crime de falsidade ideológica em concurso com estelionato.
- b. Mévio consumou o crime de falsidade material em concurso com estelionato.
- c. Mévio consumou o crime de falsidade material, porém este foi absorvido pelo crime de estelionato.
- d. Mévio consumou o crime de falsidade ideológica, porém este foi absorvido pelo crime de estelionato.
- e. Mévio tentou consumir o crime de falsidade material, porém este foi absorvido pelo crime de estelionato.

A resposta correta é: Mévio consumou o crime de falsidade material em concurso com estelionato.

Questão 14

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

NÃO é hipótese de exclusão da ilicitude:

- a. menoridade penal
- b. estado de necessidade
- c. legítima defesa
- d. estrito cumprimento de dever legal
- e. exercício regular de direito

A resposta correta é: menoridade penal



Questão 15

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre sistemas processuais penais e princípios fundamentais do processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a. O Brasil adota o sistema inquisitório (ou inquisitivo), admitindo ampla atuação do magistrado na fase investigativa para resguardar os direitos fundamentais do acusado. Assim, é lícito ao juiz, por exemplo, requisitar a produção de provas ao delegado de polícia, o que tem fundamento, também, no princípio da verdade real.
- b. De acordo com o entendimento atual dos tribunais superiores, o princípio da presunção de inocência (ou presunção de não-culpabilidade) não obsta que a sentença penal seja executada logo após a decisão do Tribunal Regional Federal que nega provimento à apelação interposta pela defesa, ainda que seja possível, em tese, recorrer aos tribunais superiores. Isso se justifica, na medida em que os recursos especial e extraordinário não são dotados, como regra, de efeito suspensivo.
- c. O Princípio do Procurador Natural não impede que o Conselho Superior do Ministério Público Federal designe o Procurador da República mais experiente e bem preparado, sob o ponto de vista técnico, para officiar em investigação de alta complexidade.
- d. À luz da Constituição Brasileira, o princípio do contraditório é plenamente aplicável ao inquérito policial e ao procedimento investigatório criminal.
- e. O princípio da não autoincriminação está implícito no direito constitucional ao silêncio e faculta que os acusados não colaborem ativamente na produção de provas que possam ser utilizadas em seu desfavor, a exemplo de eventual reprodução simulada dos fatos.

A resposta correta é: O princípio da não autoincriminação está implícito no direito constitucional ao silêncio e faculta que os acusados não colaborem ativamente na produção de provas que possam ser utilizadas em seu desfavor, a exemplo de eventual reprodução simulada dos fatos.

Questão 16

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



No processo penal, o Procurador da República pode, dentre outras atividades ou funções processuais:

- a. Aditar a denúncia; apresentar alegações finais postulando a condenação; apresentar alegações finais postulando a absolvição; impetrar habeas corpus ao TRF exclusivamente em favor do réu; arrolar testemunhas, desde que após o recebimento da denúncia.
- b. Manifestar-se sobre o pedido de ingresso do assistente de acusação; apresentar alegações finais postulando a condenação ou a absolvição; impetrar mandado de segurança ao TRF para assegurar efeito suspensivo a determinados recursos; realizar sustentação oral nos tribunais.
- c. Aditar a denúncia; requerer a prisão preventiva; contraditar testemunhas; opor embargos de declaração; interpor recurso adesivo; interpor apelação para majorar a pena; requerer que seja declarada extinta a punibilidade devido à ocorrência de prescrição.
- d. Requerer a concessão de liberdade provisória; requerer a decretação de prisão preventiva ou de prisão temporária; opor embargos infringentes nas hipóteses de decisões não unânimes proferidas pelos tribunais; interpor apelação para majorar a pena.
- e. Requerer a concessão de liberdade provisória; impetrar habeas corpus em favor do réu; pleitear absolvição sumária; apresentar alegações finais pugnando pela absolvição; interpor recurso de apelação para reduzir a pena.

A resposta correta é: Requerer a concessão de liberdade provisória; impetrar habeas corpus em favor do réu; pleitear absolvição sumária; apresentar alegações finais pugnando pela absolvição; interpor recurso de apelação para reduzir a pena.

Questão 17

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Com relação à competência e aos procedimentos processuais especiais no Direito Processual Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a. Compete ao Tribunal do Júri Federal processar e julgar o crime de tortura seguida de morte, praticado por policiais rodoviários federais, no exercício de suas atividades funcionais.
- b. A Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), ao contrário do Código de Processo Penal, preconiza que a sentença condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração.
- c. De acordo com a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas), caso decida celebrar acordo de colaboração premiada, o colaborador, nos depoimentos que prestar, estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade, não podendo invocar o direito ao silêncio.
- d. No procedimento regido pela Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), caso não seja aceita a proposta de transação penal, o Ministério Público Federal poderá oferecer denúncia oralmente, ainda que haja necessidade de promover outras diligências, que serão realizadas no curso da ação penal.
- e. Por se tratar de crime grave, equiparado a hediondo, o tráfico de drogas deve ser enfrentado com rigor. Consequentemente, é constitucional o artigo 59 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), que estabelece que "Nos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei, o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória."

A resposta correta é: De acordo com a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas), caso decida celebrar acordo de colaboração premiada, o colaborador, nos depoimentos que prestar, estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade, não podendo invocar o direito ao silêncio.

Questão 18

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Acerca das Pessoas Jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a. Uma autarquia foi vítima de grande esquema criminoso que desviou vultosa quantia e gerou grande repercussão na imprensa, acarretando descrédito em sua credibilidade institucional. Neste caso, os particulares envolvidos podem ser condenados a pagar indenização por danos morais à autarquia, tendo em vista que, no caso hipotético, a credibilidade institucional foi fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral restou evidente.
- b. O associado só pode ser excluído da Associação após o devido processo legal e provada a justa causa. Contudo, não cabe discutir, no âmbito judicial, as razões da exclusão do associado, conforme já reconheceu o STF, já que, no Ordenamento Jurídico brasileiro, é inaplicável a eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações entre os particulares.
- c. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, obrigatoriamente, a maneira de administrá-la.
- d. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.
- e. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

A resposta correta é: Uma autarquia foi vítima de grande esquema criminoso que desviou vultosa quantia e gerou grande repercussão na imprensa, acarretando descrédito em sua credibilidade institucional. Neste caso, os particulares envolvidos podem ser condenados a pagar indenização por danos morais à autarquia, tendo em vista que, no caso hipotético, a credibilidade institucional foi fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral restou evidente.

Questão 19

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

O Código Civil preconiza que a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores, de sorte que a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos. Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, assinale o item INCORRETO:

- a. Prevalece que o Código Civil adotou a teoria maior para a desconsideração da personalidade jurídica.
- b. O encerramento das atividades ou dissolução da sociedade, ainda que irregulares, não é causa, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil.
- c. O Código Civil acolheu a desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- d. De acordo com o Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada de ofício pelo juiz.
- e. A pessoa jurídica tem legitimidade para impugnar decisão interlocutória que desconsidera sua personalidade para alcançar o patrimônio de seus sócios ou administradores, desde que o faça com o intuito de defender a sua regular administração e autonomia.

A resposta correta é: De acordo com o Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada de ofício pelo juiz.

Questão 20

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca da posse e propriedade, assinale a alternativa incorreta.

- a. Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
- b. A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias. Desse modo, quando irregularmente ocupado o bem público, não há que se falar em direito de retenção pelas benfeitorias realizadas, tampouco em direito a indenização pelas acessões, ainda que as benfeitorias tenham sido realizadas de boa-fé.
- c. O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, mas não poderá alegar, como matéria defensiva, o domínio da coisa.
- d. Particular que invade imóvel público pode pleitear judicialmente proteção possessória em face de outro particular, já que é possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse.
- e. Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

A resposta correta é: O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, mas não poderá alegar, como matéria defensiva, o domínio da coisa.



Questão 21

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Durante ação indenizatória por danos morais, o magistrado verificou, durante a fase de alegações finais, que o direito pleiteado pertence a terceiro. Nessa situação, o magistrado deverá:

- a. julgar improcedente a ação.
- b. prolatar sentença terminativa.
- c. citar o terceiro para que assumo o polo ativo.
- d. intimar o réu para informar se tem interesse na substituição do polo ativo.
- e. suspender o trâmite processual.

A resposta correta é: julgar improcedente a ação.

Questão 22

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Pedro ajuizou ação contra a União, pleiteando vultosa quantia, tendo a ação sido julgada parcialmente procedente. Ausente recurso voluntário das partes, o magistrado ad quo determinou a realização da remessa necessária. Nessa situação:

- a. o magistrado ad quo não deverá intimar Pedro para apresentação de contrarrazões.
- b. é inadmissível a alteração dos juros legais em prejuízo da União por ocasião da análise da remessa necessária.
- c. a narrativa fática não seria alterada se a ação tivesse sido proposta contra a Caixa Econômica Federal.
- d. a análise feita pelo Tribunal Regional Federal estará limitada em sua extensão.
- e. o magistrado se equivocou, pois não é caso de remessa necessária.

A resposta correta é: o magistrado ad quo não deverá intimar Pedro para apresentação de contrarrazões.

**Questão 23**

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), na jurisprudência dos Tribunais Superiores e nas funções institucionais do Ministério Público (artigos 127 e 129 da Constituição), assinale a alternativa errada:

- a. O CDC adota, em regra, um modelo de responsabilidade objetiva e solidária dos fornecedores pelos danos causados aos consumidores.
- b. O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- c. O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.
- d. O fato de o serviço prestado ser gratuito não exclui, por si só, a relação de consumo, pois a expressão "mediante remuneração", contido no art. 3º, § 2º, do CDC, deve ser interpretada de forma ampla, de modo a incluir o ganho indireto do fornecedor.
- e. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

A resposta correta é: O conceito de consumidor abrange qualquer pessoa física ou jurídica que adquira produto ou serviço, sendo irrelevante a destinação que for dada ao produto ou serviço.

Questão 24

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o sistema consumerista e a ordem econômica (artigo 170 da Constituição Federal), indique a assertiva incorreta:

- a. Os requisitos para a revisão dos contratos de consumo são menos rígidos que aqueles firmados na seara cível, visto que o CDC presume a vulnerabilidade do consumidor.
- b. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) autoriza que o Estado atue na ordem econômica de forma direta (atuação empresarial do Estado) e indireta (atuação regulatória), buscando compatibilizar o postulado da livre iniciativa com a intervenção social em matérias essenciais.
- c. A função social da propriedade, adotada pela Constituição Federal como princípio da ordem econômica, fundamenta a impossibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária dos imóveis rurais considerados produtivos.
- d. A Lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, atribui a titularidade dos bens protegidos pelo SBDC à coletividade.
- e. No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

A resposta correta é: No Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a atuação do Ministério Público Federal restringe-se ao envio de comunicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sobre a prática de possíveis infrações contra a ordem econômica, não havendo previsão legal de manifestação do MPF nos processos administrativos que tramitam perante a autarquia.

Questão 25

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre os direitos políticos dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a. É direito fundamental da pessoa indígena ter considerados, na prestação de serviços eleitorais, sua organização social, seus costumes e suas línguas, crenças e tradições. Para isso, é obrigatório que o registro eleitoral conte com informações sobre o aldeamento ou não aldeamento do eleitor indígena.
- b. É exigida alfabetização em língua portuguesa para fins de alistamento, motivo pelo qual indígenas que não tem fluência na língua oficial não podem se alistar.
- c. É exigida alfabetização em língua portuguesa para fins de candidatura, motivo pelo qual indígenas que não tem fluência na língua oficial não podem ser candidatos a cargos eletivos.
- d. a Corte Interamericana de Direitos Humanos já decidiu, no Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala/2010, que diante da magnitude dos direitos políticos, deve a legislação doméstica do país pautar-se pela razoabilidade e flexibilidade para permitir a maior amplitude de participação política possível, em especial a dos povos indígenas.
- e. Os indígenas não possuem direito às cotas de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV, pois é direito apenas dos candidatos pardos e negros.

A resposta correta é: a Corte Interamericana de Direitos Humanos já decidiu, no Caso Chitay Nech e outros Vs. Guatemala/2010, que diante da magnitude dos direitos políticos, deve a legislação doméstica do país pautar-se pela razoabilidade e flexibilidade para permitir a maior amplitude de participação política possível, em especial a dos povos indígenas.

Questão 26

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a organização da Justiça Eleitoral e as atribuições do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a. O Ministério Público Eleitoral é ramo do Ministério Público Federal.
- b. O Promotor Eleitoral é responsável por atuar na Justiça Eleitoral nas eleições municipais, e sempre é designado entre Procuradores da República atuantes na circunscrição.
- c. O Procurador Regional Eleitoral é responsável por atuar na Justiça Eleitoral nas eleições perante o Tribunal Regional Eleitoral, sendo sempre escolhido dentre Procuradores Regionais da República.
- d. O Procurador Geral Eleitoral atua perante o Tribunal Superior Eleitoral e é auxiliado por Subprocuradores Gerais da República.
- e. O Ministério Público Eleitoral é ramo do Ministério Público da União.

A resposta correta é: O Procurador Geral Eleitoral atua perante o Tribunal Superior Eleitoral e é auxiliado por Subprocuradores Gerais da República.

Questão 27

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a jurisprudência do superior tribunal de justiça em direito ambiental, assinale a assertiva correta:

- a. É imprescritível a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.
- b. Não se admite a condenação simultânea e cumulativa das obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação integral do meio ambiente.
- c. Nos crimes ambientais, as esferas administrativa e penal são dependentes, razão pela qual a instauração e a tramitação da ação penal somente podem ocorrer após a apuração dos fatos pelo órgão administrativo competente.
- d. O cumprimento da obrigação de reparar integralmente o dano ambiental (in natura ou pecuniariamente) não afasta a obrigação de indenizar os danos ambientais interinos, entendidos como aqueles que ocorrem entre o momento da lesão ambiental em si e o momento da reparação integral.
- e. Não é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais sem a persecução penal concomitante da pessoa física que a represente, pois, nesta temática, aplica-se a Teoria da Dupla Imputação.

A resposta correta é: O cumprimento da obrigação de reparar integralmente o dano ambiental (in natura ou pecuniariamente) não afasta a obrigação de indenizar os danos ambientais interinos, entendidos como aqueles que ocorrem entre o momento da lesão ambiental em si e o momento da reparação integral.

Questão 28

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a matéria ambiental na constituição federal de 1988, assinale a assertiva incorreta:

- a. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- b. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c. A ordem econômica tem, como um de seus princípios, a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- d. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- e. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se exclusivamente ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A resposta correta é: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se exclusivamente ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Questão 29

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

A Emenda Constitucional nº 45/2004 incluiu no texto da Constituição Federal o incidente de deslocamento de competência (IDC) para a justiça federal, nas hipóteses de graves violações de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte. Sobre tal instituto, assinale a assertiva correta:



- a. O IDC é suscitado pelo Presidente da República.
- b. O IDC é suscitado perante o Supremo Tribunal Federal.
- c. O IDC somente pode ser suscitado durante o processo, não sendo cabível na fase de inquérito.
- d. Recentemente, o IDC foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- e. A jurisprudência criou um requisito adicional para que haja o deslocamento da competência para a Justiça Federal: incapacidade - oriunda de inércia, omissão, ineficácia, negligência, falta de vontade política, de condições pessoais e/ou materiais etc. - de o Estado-Membro, por suas instituições e autoridades, levar a cabo, em toda a sua extensão, a persecução penal.

A resposta correta é: A jurisprudência criou um requisito adicional para que haja o deslocamento da competência para a Justiça Federal: incapacidade - oriunda de inércia, omissão, ineficácia, negligência, falta de vontade política, de condições pessoais e/ou materiais etc. - de o Estado-Membro, por suas instituições e autoridades, levar a cabo, em toda a sua extensão, a persecução penal.

Questão 30

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei nº 11.340/06 e as formas de violência contra a mulher, analise as afirmações a seguir e, em sequência, assinale a assertiva que contém a combinação correta:

I – Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

II - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

III - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

IV - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

V - Dentre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas II e III estão corretas.
- c. Apenas I, IV e V estão corretas.
- d. Todas estão corretas.
- e. Todas estão incorretas.



A resposta correta é: Todas estão corretas.